

A HISTÓRIA DEIXOU DE SER AGELASTA?

Elio Chaves Flores*

Jan Bremmer e Herman Roodenburg. (Orgs.). *Uma História Cultural do Humor*. (Tradução de Cynthia Azevedo e Paulo Soares). Rio de Janeiro: Record, 2000, 300 p.

A historiografia contemporânea teria se fartado das grandes batalhas, das efemérides e dos heróis e daquele mar de história em que marionetes vestidos de guerreiros afogavam-se em sangue e lágrimas? Corria o ano de 1994 quando, em Amsterdã, na Holanda, um grupo de historiadores, destacando-se franceses, holandeses, alemães e ingleses, realizou conferência com uma preocupação básica: entender o humor como uma chave para a compreensão dos códigos culturais e as percepções do passado. Na introdução que escreveram para o livro que saiu após o encontro, e publicado em inglês no ano de 1997, seus organizadores sustentam que os historiadores não deveriam repetir a obsessão de filósofos, psicólogos, sociólogos e antropólogos que teriam se empenhado em “encontrar uma teoria abrangente para o humor e o riso”. Como historiadores, eles criticam aquelas tentativas que partem de um pressuposto tácito que, se começa por Aristóteles (“o homem é o único animal que ri”) mas não termina exatamente em Bergson (“o homem é o único animal que faz rir”, perseguiriam algo como uma ontologia do humor onde “humor e riso são transculturais e anistóricos”. Jan Bremmer e Herman Roodenburg exemplificam com os supostos inventores da ironia o fato de que o riso e o cômico seriam, como tantas outras sensibilidades coletivas, historicamente produzidos: os antigos anglo-saxões achavam normal rolar no chão de tanto rir, entretanto, o homem inglês moderno exprime o reconhecimento do humor não mais do que com um civilizado risinho entre os dentes. De modo que a

* Professor da Universidade Federal da Paraíba (DH/UFPB). Doutor pelo PPGH/UFF.

ironia, mordaz e civilizatória, poderia ser o gesto facial e discursivo de um império onde o sol jamais cedia à noite, e os conquistadores haviam compreendido que o riso, se contido nos limites dos salões, haveria de polir a dominação.

Nos 11 capítulos que compõem a edição ora resenhada, a temática “riso e cômico” passeia por séculos de história quadrilinear (antiga, medieval, moderna e contemporânea). Do próprio Jan Bremmer, o artigo “Piadas, comediógrafos e livros de piadas na cultura grega” procura demonstrar que certos pensadores caros às tradições modernas, como o parvo Platão e o lídimo Aristóteles, e uma gama de filósofos conservadores, estrategos espartanos e os primeiros cristãos helenizados (vide as epístolas paulinas) não só procuraram conter o riso social, mas até mesmo se opuseram totalmente ao chiste e ao cômico. O professor Fritz Graf, no artigo “Cícero, Plauto e o riso romano”, busca enfatizar no célebre orador romano o uso do humor com finalidade moral, isto é, acusar, criticar e dizer a verdade enquanto que o autor de comédias construiu sua obra pela espirituosidade em relação ao comportamento social. Parece que nem os romanos admitiam o “humor torpe”. Jacques Le Goff, o historiador mais conhecido dos brasileiros, participa da coletânea com o capítulo “O riso na Idade Média”, que é, na verdade, um texto mais antigo publicado numa revista de história francesa no ano de 1989. Inobstante a repetição e republicação sistemática dos mesmos artigos, típico da historiografia francesa, Le Goff, ao erigir os fundamentos e os objetivos de sua pesquisa, tece considerações importantes sobre o tema. Para o autor, haveria um complexo encadeamento entre quatro domínios da história do riso e do fazer rir: valores, pensamentos ou atitudes mentais, práticas sociais e representações estéticas do riso. E em se tratando de um medievalista conceituado, Le Goff postula uma dicotomia que vai se esgarçando na medida em que o mundo das catedrais fica para trás dos viventes: “as pessoas riem melhor no vernáculo que em latim”. Por último, o historiador francês considera as teses de Bakhtin contestáveis, especialmente a que opõe o

Medievo como uma época de tristeza por ser dominada pela igreja e o Renascimento como sendo o grande momento da liberação do riso nos lugares públicos. A grande contribuição do teórico russo para a temática teria sido, ainda segundo Le Goff, a boa expressão “cultura do riso” com todas as suas implicações.

Seguindo as discussões em torno da história carnavalizada o professor da Academia de Ciências de Moscou, Aaron Gurevich, abre o capítulo 4, “Bakhtin e sua teoria do carnaval”, considerando bastante discutível uma “história do humor”. Para ele, os estudiosos que tentam elucidar aspectos das atitudes mentais, isto é, a história dos sentimentos humanos como o medo, a amizade, o amor e assim por diante, correm o perigo de perder a imagem da realidade e seus contextos vitais. Embora considere a obra de Bakhtin importante para o estímulo de novas pesquisas, Gurevich afirma que ele descreveu de modo unilateral o riso e o carnaval na Idade Média, que isso contrasta com os estudos de historiadores medievalistas e que, portanto, tratar-se-ia de tese historicamente incorreta a polaridade absoluta entre a cultura oficial e a cultura popular do carnaval. Gurevich vai encontrar as razões desses “impulsos bakhtinianos” nos aspectos intelectuais da Rússia estalinista: no nível visível do regime pesava uma realidade ideológica com um aparato de dizeres oficiais e “falsas idéias”. E por detrás desse nível de expressão haveria a existência humana real, proletarizada e coletivizada, “com todos os seus sentimentos, suas emoções e idéias correntes muito distantes da ideologia oficial”. Essa explicação não resiste a uma indagação indelevelmente hegeliana: o autor de *O contexto de François Rabelais* não teria conseguido transpor Rhodus? Com efeito, saltar as imensidões siberianas na voracidade do estalinismo teria sido uma impossibilidade historiográfica, não propriamente de Bakhtin, mas de um exército de marxistas-leninistas.

Os chamados Tempos Modernos são bem apreciados na coletânea com nada menos do que cinco capítulos, quase a metade do total dos artigos. Um velho conhecido dos brasileiros e que bate palmas historiográficas a Gilberto Freyre, o

historiador inglês Peter Burke, escreveu o capítulo 5, “Fronteiras do cômico nos primórdios da Itália moderna”, onde ele parte da teoria do riso de Sigmund Freud, do humor como expressão de ansiedades ou desejos inconscientes. Assim, o desafio para o historiador cultural seria o de “historiar a teoria de Freud”. Mais uma vez, porém, Bakhtin se torna saco de pancadas quando Peter Burke critica a noção de “agressão festiva”: as brincadeiras populares, das ruas e praças públicas da Itália pós-renascentista, não eram divertidas para todos, nem todo mundo gostava, havia vítimas, crueldades, além de espectadores e ouvintes. Há, pelo menos uma concordância entre o teórico russo e o historiador inglês: sexo e riso são impossíveis de serem reprimidos totalmente e, em vez de se falar em declínio das formas tradicionais de humor a partir do final do século XVI, teria havido uma gradual desintegração do cômico torpe, da vida carnavalizada, enfim, algo como novas convenções sociais de um “processo civilizador” que teria tornado os modernos menos cruéis e mais agelastos do que os seus predecessores no tempo europeu. Dois aspectos históricos poderiam ser mencionados segundo Burke: a obsessão barroca pelo trocadilho teria sido uma compensação psicológica pelo encolhimento do cômico, e a invenção da caricatura nos círculos dos Carracci e Bernini, que daria ao século XVII, imagens carregadas dos ridículos sociais. Note-se que seriam dois elementos discursivos que vão se sofisticando cada vez mais com a popularização da prensa de Gutemberg.

O capítulo 6, “O cômico e a Contra-Reforma na Holanda espanhola”, do historiador belga Johan Verberckmoes, analisa o pressuposto de que a “Contra-Reforma possui má reputação em relação ao humor” pelo fato de que o riso estava associado à sensualidade, à indulgência e à licenciosidade, atitudes por demais mundanas para aqueles que ainda pretendiam salvar os pecadores e restituir-lhes um pedacinho do céu. Para o autor, a cultura da Contra-Reforma na Holanda espanhola não fugiu da “velha desconfiança cristã do riso”, os seus limites foram impostos e legitimados por meio de apelos à decência e raras

vezes mencionado como “um pálido reflexo da felicidade divina”. Havia fortes argumentos teológicos entre os doutores da igreja, e mesmo entre os contra-reformadores, de que segundo os evangelhos e demais testemunhos, o próprio Cristo, filho do homem, jamais rira, embora tivesse amado, chorado e mamado nos peitos de sua sagrada mãe. Para Verberckmoes, a separação forçada dos domínios do sagrado e do profano, levada a cabo pelos reformadores (protestantes e católicos) criaria “todo um novo campo de humor” (vide teses de Peter Burke). Mesmo assim, o riso sé era aceitável na defesa teológica ou como reação moral contra a vaidade mundana, a heresia e a extravagância. Aqueles que publicamente exibiam irreverência poderiam ser levados aos tribunais eclesiásticos ou seculares e condenados. Muitos holandeses pagaram para ver e desafiaram o complexo sistema reformador que, entre fogueiras e pregações, impunha “uma reformulação das emoções”. O capítulo 7, de Derek Brewer, professor mais conhecido entre os estudiosos da literatura inglesa por suas pesquisas sobre “Chaucer e seu mundo”, consegue fazer um apanhado sobre “Livros de piada em prosa predominantes na Inglaterra entre os séculos XVI e XVII”. Ele parte da idéia de que a piada, por ser uma forma de pequena arte verbal destinada a provocar riso, seria um indicador da cultura mais geral do humor e do que nela se entende como engraçado. Derek destaca uma importante verdade psicológica: “a piada de um grupo é, freqüentemente, a dor de outrem”. Tal fato, segundo o autor, seria sempre negligenciado pelos pesquisadores do humor e pelos próprios comediógrafos. Mas se a piada explora um preconceito (étnico, de classe ou econômico) ele não poderia ser revertido para uma virtude intrínseca do que foi glosado? Lembro da piada napoleônica que se referia a Inglaterra como “uma simples ilha de pescadores ignotos” e que, depois da queda do Imperador dos franceses, fora repetida ironicamente: os pescadores afundaram a França. Com isso pretendo ilustrar que, na dialética dos fatos e versões, muitas vezes, o trágico e o cômico trocam de espaço e de tempo. Na Inglaterra seiscentista as piadas viveram entre a

palavra oral, escrita e impressa, e tinham espaço mesmo entre as notáveis comédias elisabetanas de quem o cânone shakespeariano saltou até nós. Derek deixa claro que os livros de piadas “fazem parte de toda uma tradição de humor compartilhada com as grande obras”. E, mais importante ainda, destaca a notável influência de dois “escritores continentais” sobre a literatura inglesa posterior e que estariam bem próximos do humor dos livros de piadas: François Rabelais e Miguel de Cervantes. Seriam eles os inspiradores de um humor “áspero, insensível, zombeteiro e até mesmo brutal”. Ainda não era o tempo, se bem que já se sentiam auspícios hobbesianos, do aparecimento da ironia mordaz como uma construção típica da filosofia geometrista inglesa, tão notavelmente estudada pelo historiador Quentin Skinner.

No capítulo 8, “A conversa agradável: civilidade e piadas na Holanda seiscentista”, Herman Roodenburg, pesquisador de História Cultural da Academia Real de Artes e Ciências dos Países Baixos, começa por perguntas vitais ao artesão de Clio: “quem contava quais piadas para quem e como?” As respostas encontradas pelo autor são pouco alentadoras para um tema tão fascinante. Ele afirma que se desconhece a grande maioria dos contadores de piadas por falta de registros. Sua tese parece ganhar verossimilhança quando alega que o livro de piadas pertencia ao mais baixo dos gêneros literários e “não havia muita honra a ser obtida com estas obras”. E boa parte das piadas não estavam ligadas à cultura local ou nacional, mas circulavam por toda a Europa, onde “o plágio não assolou este tipo de literatura”. Falar dos leitores e do público das narrativas dos livros de piadas coloca o historiador ainda mais reticente, embora admita que o gênero, entre o final do século XVI e o início do século XVII, parecia ser popular entre os intelectuais, como secretários, burgomestres e dirigentes comerciais. Na passagem da oralidade para o manuscrito é que teria havido a estilização de certas narrativas cômicas quando não o fato de a arte de contar piadas ser parte integrante da “arte da conversação” exigida das classes aristocráticas. Roodenburg

veria no século XVII ainda a permanência da tradição rabelaisiana, isto é, a mistura de gêneros e estilos. “a celebração da trapaça e da ambigüidade”, embora também admita que a elite tenha começado a se desligar “não tanto da cultura popular, mas de sua própria exploração maliciosa”. Não se seria o bastante para explicar algumas facécias dos holandeses no nordeste da então colônia portuguesa. O capítulo 9, a meu ver, fecha com chave de ouro os séculos modernos. O pesquisador da caricatura, Antoine de Baecque, ao escrever “A hilaridade parlamentar na Assembléia Constituinte Francesa (1789-91)” explicita a natureza do riso do corpo político revolucionário. A bem da verdade, no verão de 1789, rotulavam-se os estados de humor da assembléia pouco propícios ao riso: “medo, entusiasmo, severidade e lirismo”. Entretanto, à medida em que o corpo político tomava o contorno de uma geografia insólita e oscilante entre a planície e a montanha, surgiam os satiristas monarquistas e os humoristas patrióticos. Desta forma, o riso teria se tornado uma arma política de ataques e contra-ataques, ironias e sátiras entre facções, onde “esquerda e direita” alcançaram esta distinção em grande parte por agirem zombeteiramente, quando não vociferantes, com essas disposições políticas. Nessa configuração estaria, segundo a conclusão de Baecque, a espiral de uma prática muito eficaz, porque ao mesmo tempo real e ritual: “o riso em grupo”. E a assembléia dividida por seus estados de humor político poderia, e muitas vezes o foi, ser ridente e cruel com as minorias, embora os grupos “também pudessem conduzir ataques de ironia contra os poderes vigentes”. Afinal, uma “guerra de nervos” não seria vencida por aqueles que, conseguindo manter a face sobre o pescoço, ririam por último?

O capítulo 10 foi escrito pela única pesquisadora presente na coletânea, Mary Lee Townsend, historiadora associada da Universidade de Tulsa, com o significativo título “O humor e a esfera pública na Alemanha do século XIX”. Ela parte do pressuposto de reconhecer “o papel multifacetado do humor na sociedade alemã”. Ao resgatar a figura cômica mais popular da

Alemanha pré-1848, Eckensteher Nante, a autora procura cruzar as dimensões da história vivida e suas representações sociais. Para ela, Eckensteher significava os indivíduos reais, mais precisamente os trabalhadores rudes e indisciplinados que vagavam por toda a Europa Central. E Nante, redução de Ferdinand, seria a caricatura ficcional criada na arte e na literatura para expressar o proletário corpulento e insolente e que causava verdadeiro horror à asséptica burguesia prussiana. Essa categoria social, real e mítica, ilustra, segundo a autora, as características essenciais do humor germânico durante o século XIX. Seriam elas: a criação do humor para um mercado de massa; a reciprocidade entre os estereótipos humorísticos e a realidade social dos quais eles são brotados; a grande variedade do conteúdo humorístico que vai da pilhéria inocente à crítica política agressiva; e, finalmente, a caricaturização de uma classe social explicaria alguma coisa sobre a função global do humor entre um regime prussiano cada vez mais tenso, “que reconhecia as possibilidades explosivas do ridículo”, e os intelectuais insolentes que se indispunham contra o poder do Estado por causas universalistas. Está lá num Manifesto de 1848: o proletariado não pode erguer-se, pôr-se de pé, sem fazer saltar todos os estratos superpostos que constituem a sociedade oficial. Evidentemente não seria tão fácil concretizar exortações desse tipo quando Nante, o proletário iconográfico e literário, constituía uma interpretação das classes médias de uma figura de classe mais baixa e, por isso, mais temida. Talvez Marx, um ironista dedicado, tenha incorporado uma tradição que vinha do “baixo clero” intelectual, onde o humor assumia a forma de zombaria contra os idealistas liberais que, mesmo simpatizando com os pobres, continuavam arrogantes, egoístas e ineficazes diante de uma sociedade repressiva sem veículo parlamentar para desaguar a ação política e os fortes tabus contra a insolência das ruas. Essa minhas incursões sobre a luta de classes permitem explicar o grande mérito das hipóteses de Mary Lee Townsend: a ambigüidade e os múltiplos significados das piadas e caricaturas entre os grupos sociais que, se forem

descoladas da esfera pública e da luta pelo poder, continuarão pertencendo ao lixo da história.

O capítulo 11, que finaliza um livro instigante, foi escrito pelo professor de Antropologia Cultural da Universidade de Nijmegen, Henk Driessen. O seu artigo “Humor, riso e campo: reflexões da antropologia” procura alertar os historiadores sobre as armadilhas do humor como “um tema enganoso e de difícil exploração em termos multiculturais e temporais”. Uma sugestão seria a premissa de que qualquer abordagem deve lidar necessariamente com os aspectos simbólicos do humor, pois neles estariam as chaves das interpretações das sociedades envolvidas. Elas seriam os interesses dominantes, as atitudes e valores identitários, como classe, etnia e gênero, chegando nos seus contrapontos, contradições e ambivalências. Para Driessen, os historiadores culturais precisariam reconhecer a função social do humor como delimitador das fronteiras do grupo, formadas por símbolos e atitudes que explicam o desenvolvimento das ansiedades corporativas. E para não elevar a historiografia numa espécie de metafísica do tempo, que tal uma pesquisa sobre os significados e as funções do humor na comunidade profissional dos historiadores, enfocando os arquivos e os embates acadêmicos? Não se pense que uma sugestão nada inocente possa descambar para uma jocosidade antropológica numa obra que felizmente retira dos construtores de Clio o estereótipo de intelectuais com “almas sutis demais”. Por muito tempo, a historiografia foi considerada uma “cultura de homens eruditos” e que poderia ser definida pela expressão bakhtiniana como uma “mentalidade agelasta”. Ora, quando uma ciência postula uma seriedade para formar profetas da nação, libertadores de classe e justiceiras do gênero ela não escapa de também ser atemorizada e atemorizadora.